

**DE VARGAS A GOULART: UMA BREVE PASSAGEM
HISTÓRICA**

FROM VARGAS TO GOULART: A SHORT HISTORICAL CROSSING

Fábio Antunes Vieira

Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG

Campus Januária

fabiovieri@ig.com.br

RESUMO

Entre 1930 e 1964, o Brasil passou por transformações de ordem sócio-político-econômicas, que viabilizaram a emergência de um proletariado urbano como força política no cenário nacional. Somadas a isso, as divergências acerca do projeto que melhor se prestaria ao desenvolvimento do país ou aos interesses dos grupos litigantes, inscritas em um período marcado pelos reflexos da Guerra Fria no pós-Guerra, terminaram por conduzir os militares ao poder em 1964, sob o argumento do anticomunismo e da manutenção da segurança nacional. Assim, nas páginas seguintes, uma breve passagem histórica sobre os governos que compõem o período constitui o interesse central deste artigo.

Palavras-chave: Brasil, política, desenvolvimento, anticomunismo e militarismo.

ABSTRACT

Between 1930 and 1964, Brazil has changed the order of social politician-economic transformations that had made possible the emergency of an urban proletariat as force politics in the national scene. Added to this, the divergences concerning the project that better would be useful to the development of the country or to the interests of the litigant groups, enrolled in a period marked for the consequences of the Cold War in the postwar period, had finished for leading the military to the power in 1964, under the argument of the anticomunism and the maintenance of the national security. Thus, in the following pages, a short historical crossing on the governments that compose the period constitutes the central interest of this article.

Key words: Brazil, politics, development, anticomunism and militarism.

INTRODUÇÃO

No momento em que maiores atenções são dispensadas ao golpe de 1964 e a consequente instauração do regime militar, seja em função dos cinquenta anos de tais acontecimentos, seja por conta do apelo do atual governo a memória das vítimas da repressão, uma breve passagem histórica entre os governos de Vargas a Goulart é entendida como oportuna, por abrigarem uma concatenação de fatores que muito contribuíram para o assalto ao poder pelas Forças Armadas em abril do ano supracitado e suas implicações. Assim, admitindo como Michel de Certeau, que “fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a

história não para de encontrar o presente no seu objeto e o passado nas suas práticas” (CERTEAU, 2000, p. 46), o objetivo deste trabalho é destacar, particularmente sob a égide do fenômeno do populismo, o estado de tensão que caracterizou a vida política nacional entre as décadas de 1930 e 1960, sob a justificativa de que inscritas no período em questão encontram-se as bases para uma melhor compreensão acerca das motivações que viabilizaram e alimentaram os governos militares por mais de vinte anos e cujos reflexos ainda se fazem sentir contemporaneamente.

Em termos de problematização, é notório que a Revolução de 1930 implicou significativas alterações na conjuntura política nacional, até então sob o controle direto das oligarquias agrárias. Visto os efeitos da crise capitalista desencadeada a partir dos EUA em 1929, o modelo agroexportador brasileiro foi exposto a sua fragilidade, fato que viabilizou a intensificação das discussões e do implemento da industrialização nacional, bem como a consequente ampliação do modo de vida urbano. Tais alterações precipitaram a efervescência política cada vez maior dos trabalhadores nas cidades, em sua maioria egressos do campo, ávidos por benefícios sociais que poderiam decorrer do processo de modernização estatal em curso.

Alçada como uma força política em face dos acontecimentos, esta massa urbana foi sendo cooptada como plataforma de apoio do governo Vargas, na medida em que parte de suas aspirações sociais foram sendo garantidas pela via do trabalhismo, promovido pelo líder carismático e paternalista. Esta nova dinâmica na correlação das forças políticas terminou por resultar nos embates entre os grupos de esquerda vinculados aos ditames do populismo a partir de então, com os grupos conservadores de direita que passaram a admitir os governos populistas como um risco aos seus interesses e a própria soberania nacional.

Inscrito em tal contexto, o governo Goulart foi marcado pela acentuação das divergências entre as partes litigantes em meio aos reflexos da Guerra Fria. Destarte, visto a inviabilidade de conciliação entre as forças que desejavam o aprofundamento das reformas vistas como modernizadoras e distributivas do ponto de vista social, com os grupos conservadores vinculados ao capital multinacional-associado e aos postulados da doutrina de segurança nacional, então disseminada nos círculos militares, políticos e da classe média, os ânimos foram exaltados e o golpe que viabilizou a instauração do regime militar foi desencadeado, como será mais detalhadamente abordado nas próximas páginas.

DE VARGAS A GOULART: ALGUMAS DICOTOMIAS QUE CONDUZIRAM A INSTAURAÇÃO DO REGIME MILITAR BRASILEIRO EM ABRIL DE 1964.

Considerando o contexto que envolve a instauração do governo militar brasileiro em 1964, percebe-se que o conjunto de fatores políticos mais significativo para a implementação do regime remonta, sobretudo, à década de 1930. Avaliando o período, René Dreifuss argumenta que “a urbanização e o desenvolvimento industrial exerceram efeitos desorganizadores sobre a frágil estrutura do estado oligárquico”, abalado pela Crise de 1929 (DREIFUSS, 1987: 21). Destarte, em meio ao que Celso Furtado definiu “como vazio de poder”, as mudanças abriram espaço para a ação de novos agentes políticos (FURTADO, 1982: 20). A partir dessa época, teve início uma nova fase histórica no país, “marcada pela ascensão paralela do grupo industrial e do poder populista” (FURTADO, 1982: 34).

Relativo a questão conceitual, Maria Helena Capelato adverte para o fato de que, no período proposto neste estudo, o populismo apresentou variáveis no Brasil. Entretanto, a autora argumenta que a “política de massas surgiu no período entre guerras como crítica ao liberalismo, incapaz de solucionar os problemas sociais” (CAPELATO,

In: FREITAS, 2000: 188). Assim, com o propósito de “evitar a eclosão de revoluções, alguns grupos propuseram o controle social por meio de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem”. Além disso, a quem entenda que o populismo “tende a permear os períodos de transição, particularmente na fase aguda dos processos de industrialização”, como no caso brasileiro (BOBBIO, 1995: 985). Considerando ambas interpretações, complementares entre si, Celso Furtado definiu que “a urbanização, intensificada com a industrialização, facilitou o contato de líderes políticos com as massas, criando a possibilidade de um forte poder independente das bases tradicionais” (FURTADO, 1982: 34).

No sentido exposto, Getúlio Vargas marcou o cenário político nacional por quase meio século e, em virtude de ter adotado inúmeras medidas tidas como nacionalistas, acabou por ganhar a simpatia e o apoio popular, bem como de parte dos militares. Além disso, com o advento do Estado Novo, o chamado “estado de compromisso” entre burguesia e oligarquia foi “remodelado, a partir das experiências de um novo Estado traduzido pelas formas corporativas de associação e apoiado por formas autoritárias de domínio” (DREIFUSS, 1987: 22). Assim, exercendo controle sobre as massas¹ e conciliando interesses “dos industriais e proprietários de terras”, Getúlio Vargas, por “intermédio” do seu “aparelho burocrático-militar”, procurou empreender um governo definido como nacionalista (DREIFUSS, 1987: 23). Para Moniz Bandeira, seu governo “atrelou o proletariado urbano à fração da burguesia vinculada ao mercado interno, mediante legislação social, e atribuiu ao Estado decisivo papel no desenvolvimento do país”, a despeito dos interesses “imperialistas” (BANDEIRA, 1978: 15).

Entretanto, sendo o Brasil parte de uma América sob a influência norte-americana, como já definia a Doutrina Monroe desde de 1823, um governo tido como nacionalista não poderia agradar aos grupos comprometidos com o capital externo. Destarte, “na medida em que a política populista se confundia com protecionismo econômico e com o nacionalismo de esquerda”, os capitalistas estrangeiros passaram a se sentir “prejudicados pelo getulismo” (CARVALHO, 2005: 117). Diante de um projeto que não atendia aos anseios dos grupos interessados em implementar um “capitalismo associado-dependente” no país, a articulação de alianças antigetulistas passou a ser desencadeada e o projeto de um novo Estado elaborado (ALVES, 2005: 31). Como define Jurgen Habermas, “assim que a incompatibilidade se torna consciente, o conflito fica manifesto e os interesses irreconciliáveis são identificados como antagonicos” (HABERMAS, 1973: 28).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial em 1939, esses interesses tornaram-se evidentes. Getúlio Vargas, além de governar como um ditador, adotou uma conduta simpática aos fascistas italianos. Este fato lhe rendeu a desconfiança dos “Aliados”, sobretudo dos Estados Unidos que, inseridos na Guerra, precisavam da cumplicidade da América Latina. Neste sentido, o governo brasileiro barganhou seu apoio com os “Aliados”, em meio às negociações que lhe rendeu a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN², uma indústria de base importante para a implementação de um parque industrial de bens de capital que o país não possuía. No mais, é certo que a opinião pública nacional e o ataque a navios brasileiros (supostamente) pelos nazistas

¹ No sentido proposto, salienta-se “massa” segundo o conceito de Hannah Arendt. Para a autora, o “termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político [ou] organização profissional”. ARENDT. *Origens do Totalitarismo*, p. 361. Grifo nosso.

² A CSN, instalada na cidade de Volta Redonda – RJ, foi financiada por capitais norte-americanos em troca da instalação de uma base aérea destes na cidade de Natal – RN, o que ocorreu.

também contribuíram para a decisão de Getúlio Vargas. Todavia, os desgastes das negociações ampliaram a desconfiança e a oposição ao seu governo.

Com a entrada efetiva dos Estados Unidos na guerra em 1941, o governo brasileiro resolveu enviar para o conflito, em 1944, a Força Expedicionária Brasileira - FEB. Acerca da participação do Brasil na Guerra, é possível afirmar que sua contradição contribuiu para por fim ao Estado Novo. Nessa interpretação, enquanto os “pracinhas” lutavam contra países orientados por regimes totalitários, no Brasil um ditador de vertente fascista se mantinha no poder. Assim, é coerente entender que no campo de batalha, sob a influência do V Exército norte-americano, os militares brasileiros começaram a conceber uma nova visão de Estado, mais tarde definida pela Doutrina de Segurança Nacional.

Deste modo, com o término da Guerra e a ênfase atribuída no Ocidente aos regimes democráticos, o Estado Novo perdeu sua sustentabilidade ao perder o apoio dos militares. Apesar de ter iniciado a abertura política como parte de uma estratégia continuista, Getúlio Vargas, mesmo valendo-se do “queremismo”, não encontrou meios para resistir. Pelo contrário, a abertura iniciada pelo governo fomentou a participação das massas no processo de reorganização do Estado, fato que assustou a classe média e os segmentos sociais dominantes. Além disso, a participação de reconhecidos membros do Partido Comunista no movimento queremista, como Luis Carlos Prestes, despertou a atenção dos militares e demais grupos vinculados ao capital externo para as discussões da Guerra Fria que já despontava.

Avaliando a situação, em outubro de 1945 o “Exército”, tendo como vanguarda “os oficiais da FEB”, entrou em ação e “depôs” Getúlio Vargas do governo, “apoiado por um alinhamento” que articulava parte da burguesia industrial nacional, “a oligarquia, as classes médias e, finalmente, as empresas multinacionais que haviam retomado seu interesse pelo Brasil” (DREIFUSS, 1987: 28). Entretanto, como ainda contava com o apoio das massas, conseguiu retornar a presidência em 1951, desta vez por meio de eleições diretas que contaram com a participação feminina.

Continuando com sua política considerada nacionalista, Getúlio Vargas aumentou ainda mais sua popularidade. Em meio a sua dinâmica de governo, manteve a postura intervencionista no âmbito econômico e procurou agilizar as indústrias de base. Nessa perspectiva, tentou “impor uma política nacionalista de desenvolvimento capitalista, apoiado por uma combinação de empresas industriais estatais e privadas” (DREIFUSS, 1987: 32). Nesse sentido, relativo às estatais, consolidou o monopólio do petróleo ao criar a PETROBRÁS em 1953, iniciou o projeto da ELETROBRÁS e expandiu o setor siderúrgico. A partir dessa linha de empreendimentos, buscou viabilizar o desenvolvimento da indústria nacional. Além disso, no campo social, aprofundou a política trabalhista, considerada paternalista pela oposição³. Nesta segunda fase, a crescente polarização política e ideológica em torno de assuntos nacionalistas e trabalhistas, andou passo a passo com uma crescente oposição” ao seu governo e “conseqüentemente a João Goulart” que, como Ministro do Trabalho, despontava como uma figura carismática e atuante junto à classe trabalhadora (DREIFUSS, 1987: 32).

³ Interpretando Francisco Weffort, é possível dizer que a tradição “trabalhista” iniciada por Vargas após a Revolução de 1930, angariou a simpatia das massas e viabilizou a emergência do “populismo”, prática política que marcou o período, sobretudo seu segundo governo e o governo de João Goulart. Por tal prática, o governante figura como o grande representante dos interesses da massa (no caso do Brasil constituída, sobretudo, pelos trabalhadores urbanos beneficiados pela CLT) e se sustenta no poder através do seu apoio. Em outros termos, na política populista a identificação entre o líder (carismático) e a massa é direta, prescindindo em certa medida das próprias instituições do Estado, fato considerado perigoso pela elite civil e pelas Forças Armadas. Sobre o assunto ver: Weffort. *O Populismo na Política Brasileira*.

Entretanto, sem conseguir retomar o suficiente apoio dos militares e sofrendo oposição de grupos interessados em reorientar a política nacional e abrir a economia aos capitais estrangeiros, Getúlio Vargas, argumentando ter sido envolvido “em um mar de lama”⁴, optou pelo suicídio em 24 de agosto de 1954. Seu último ato não só abalou a opinião pública, como contribuiu para mobilizar alguns setores sociais e mesmo militares, que contiveram iniciativas golpistas encabeçadas pelos udenistas, centrados na figura de Carlos Lacerda. Com base em ações preventivas destinadas a manutenção da legalidade constitucional, alguns militares, como o General Teixeira Lott, acabaram garantindo a posse de Juscelino Kubitschek como presidente e João Goulart como vice em 1956.

Com o intuito de fazer o país crescer cinquenta anos em cinco, Juscelino adotou uma política de desenvolvimento que, de certa forma, contribuiu para que o Brasil caísse ainda mais na dependência econômica. Para tanto, facilitou a entrada de multinacionais no país, sem um planejamento coerente que visasse proteger a indústria nacional. Além disso, cabe evidenciar que o trinômio: estrada, energia e transportes, bem como a construção de Brasília, contaram com empréstimos que avolumaram a dívida externa.

Por não ter faltado recursos para seus empreendimentos, em função de sua aliança com o capital multinacional, Juscelino não enfrentou acentuados problemas de ordem econômica. Além disso, ao final de sua administração, “ficou claro que seu modelo de desenvolvimento, apesar de suas realizações, havia se esgotado” (DREIFUSS, 1987: 37). Assim, adotando uma “política de adiamento dos problemas”, transferiu para a “administração seguinte” os problemas que se acumularam durante seu governo “sem serem resolvidos” (DREIFUSS, 1987: 37). Considerando este procedimento é certo compreender que, com a renúncia do breve e controverso governo de Jânio Quadros, as conseqüências do Plano de Metas foram bem exploradas pelos grupos de oposição contra o governo de João Goulart.

Como é possível afirmar, João Goulart assumiu o governo de um país atrelado aos ditames de um capitalismo associado-dependente, que lhe retirava mais recursos do que empregava. Este fato, que causou grave déficit orçamentário, obrigou o governo a tentar conseguir novos empréstimos para sanar dívidas antigas e gerir novos investimentos, que comumente eram negados pelas entidades financeiras internacionais, em função da pressão exercida pelo governo norte-americano. Com isso, sem muitos recursos, as ações de política pública acabaram prejudicadas, aumentando as agitações das massas e o descrédito do governo frente a novos investidores. Para Maria Helena Moreira Alves, o “desenvolvimento dependente e os específicos interesses internacionais e nacionais a ele associados, formam o pano de fundo indispensável à avaliação da conspiração civil-militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart” (ALVES, 2005: 24).

Além dos interesses vinculados ao que Moniz Bandeira chama de “imperialismo”, a questão política nacional também apresentou alguns aspectos relevantes, referente à articulação do bloco oposicionista ao governo Goulart. Em meio ao contexto da chamada “Era Vargas”, existiam no país alguns políticos de influência regional vinculados à oposição que, embora almejassem à presidência, não dispunham de força política frente ao getulismo. Entretanto, em princípios da década de 1960, na figura dos então governadores Magalhães Pinto de Minas Gerais, Ademar de Barros de São Paulo e Carlos Lacerda da Guanabara, esses políticos uniram-se em torno da UDN e de capitalistas estrangeiros, a fim de viabilizarem seus objetivos. Para tanto, passaram a agir em meio ao “complexo ESG / IPES / IBAD”, contra o governo Goulart (ALVES,

⁴ Segundo sua carta-testamento. Ver FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, p. 417.

2005: 30). Nesse sentido, chegaram a atuar dentro do próprio Congresso Nacional, através da chamada Ação Democrática Parlamentar – ADP, destinada a organizar a oposição dos parlamentares às ações governamentais.

Além das ambições presidenciais, à política reformista do governo Goulart, centrada nas chamadas Reformas de Base, contrariava os interesses dos grandes empresários vinculados ao capital multinacional-associado, bem como dos latifundiários. Nessa linha, os primeiros eram contra a política tida como paternalista aos trabalhadores e, principalmente, contra a lei que visava regulamentar as remessas de lucro. Esta lei nacionalista, cujo intento era viabilizar o reinvestimento de parte dos lucros das multinacionais no país, despertou grande indignação por parte dos investidores estrangeiros e seus respectivos governos, sobretudo dos EUA.

No caso dos latifundiários, o problema envolvia a regulamentação da reforma agrária, que resultaria o aumento da produção agrícola destinada ao mercado interno, fator vinculado ao combate à fome e a miséria. Aqui, a questão central para os grandes proprietários rurais não era a ampliação da concorrência interna em termos produtivos, mas sim, os efeitos da socialização da terra.

Nesse ponto, a concentração fundiária disponibiliza um grande contingente de força de trabalho barata para a atividade agrícola nas grandes propriedades rurais, ou seja, disponibiliza o que Karl Marx chama de “exército de reserva”, nesse caso para a agricultura. Assim, quando João Goulart ofereceu a esses trabalhadores, por meio da reforma agrária, uma nova perspectiva de vida, mais justa socialmente, os grandes proprietários, temendo perderem parte de suas terras, mas, principalmente, parte de seus poderes assentados sobre o controle do exército de reserva no campo, organizaram uma ferrenha oposição ao seu governo. Com esse propósito, uniram forças com os demais grupos de oposição e trataram de contribuir para mascarar a luta no campo como sendo subversiva, ou mais precisamente comunista. Segundo Maria Helena, a “rápida organização da classe trabalhadora e do campesinato assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a mínimas concessões” (ALVES, 2005: 25).

Atendo as discussões pertinentes à questão do comunismo no país, é certo que houve uma atuação perceptível de seus partidários em meio aos sindicatos, estudantes, partidos de esquerda e as ligas camponesas. Como afirma Rodrigo Patto, “em algumas situações o medo [do comunismo] era justificado ou ao menos tinha fundamento, quer dizer, os comunistas gozavam de uma força que os tornava inimigos terríveis”, na compreensão daqueles indivíduos “que sinceramente acreditaram na existência de um risco real” (MOTTA, 2002: XXIV). Entretanto, o comunismo no Brasil, embora não possa ser avaliado como mera fabulação, foi tomado como uma justificativa para as ações dos grupos interessados em consolidarem um capitalismo associado-dependente no país, a despeito dos interesses sociais da maioria da população. Como define Bandeira, o “comunismo no Brasil era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores” (BANDEIRA, 1978: 178)⁵.

Para Maria Helena Alves, é desse contexto que a oposição justificou seu apoio a ideologia de segurança nacional e desenvolvimento elaborada pelos militares da Escola Superior de Guerra – ESG. Para a autora, essa ideologia serviu como um

⁵ Ressalva seja feita, embora o discurso anticomunista no Brasil tenha se prestado aos propósitos dos grupos interessados na ruptura da política populista no Brasil, a quem entenda, como Rodrigo Patto Sá Motta, que tal discurso não derivou de uma construção imaginária. Apesar do risco ter sido potencializado em meio aos postulados da Doutrina de Segurança Nacional, o avanço das ideias comunistas no Brasil era uma realidade incontestável. Para o autor, “o fato de os comunistas e a esquerda influenciarem o governo [Goulart] não pode ser negado, e nesse sentido a ‘ameaça vermelha’ não foi mera fabulação” Ver: MOTTA. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*, p. 169. Grifo nosso.

“instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação, por meios não-democráticos, de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente” (ALVES, 2005: 27). Assim, através de uma articulação planejada, a oposição mobilizou outros segmentos da sociedade, como a Igreja e a classe média, a fim de respaldar a ação dos militares que, como já evidenciado, vinham sofrendo a influência dos militares e do governo norte-americano desde a Segunda Guerra Mundial.

Para René Dreifuss, o governo Goulart foi marcado pela ação de “duas forças sociais” com interesses irreconciliáveis, representadas pela classe trabalhadora em um extremo e pelos segmentos vinculados ao capital multinacional-associado em outro (DREIFUSS, 1987: 37). Em meio a elas, os militares da ESG, “movidos pelos ideais antipopulistas e antipopulares” (DREIFUSS, 1987: 37), bem como pela ideologia anticomunista, ratificaram aliança com esses últimos, em nome da Doutrina de Segurança Nacional ⁶.

Assim, considerando a polarização das forças sociais e sem poder ficar alheio a elas, João Goulart resolveu acentuar seus vínculos com as classes populares. Para tanto, em um dos seus últimos atos no governo, resolveu levar a frente seus projetos reformistas e, com o intento de acionar a participação das massas no processo, realizou um grande comício em frente à estação Central do Brasil no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964. Transmitido pela televisão, esse comício assombrou a oposição. Nesse sentido, apesar da força das palavras de Goulart e Brizola, bem como dos decretos assinados, as ações de maior repercussão ficaram por conta dos aproximados 150 mil participantes. Em meio às demonstrações de apoio, muitos empunhavam faixas vermelhas de alcunha comunista, de repúdio ao “imperialismo norte-americano”, ou reivindicando a radicalização das reformas (FAUSTO, 2003: 459).

Além disso, passado o comício, Goulart aguçou ainda mais a oposição de boa parte da oficialidade militar, ao apoiar a sindicalização dos praças das Forças Armadas e demais corporações militares. Esta atitude, considerada uma afronta à hierarquia militar, implicou alguns incidentes, como a Revolta dos Marinheiros no Rio de Janeiro em 24 de março de 1964, organizada pelo cabo Anselmo, um suposto agente duplo a serviço da Central de Inteligência América – CIA. Diante de tais acontecimentos, a oposição entendeu que o limite para a já articulada ação golpista havia sido atingido.

Em resposta ao comício das reformas, a oposição organizou em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, a chamada Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, com presença estimada de 500 mil pessoas. Prestigiada por vários segmentos da classe média, organizações femininas e setores da Igreja Católica, a marcha representou uma grande manifestação pública contra o governo Goulart e terminou por servir de aval para os militares iniciarem o golpe.

Em meio a condições favoráveis, no dia 31 de março de 1964, os generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luís Guedes do Exército Brasileiro, bem como o governador Magalhães Pinto de Minas Gerais, dispoendo seus 18 mil homens da Polícia Militar⁷, desencadearam o processo que visava a instauração do regime militar (GUEDES, 1979: 48). Observando a desorganização do seu aparato de defesa ⁸ e ciente

⁶ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional ver: SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política – Nacional*. O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

⁷ Sobre o envolvimento e adequação da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais no que concerne a derrubada do governo Goulart e a consequente instauração do regime militar, ver: VIEIRA. *De Policiais a Combatentes*, capítulo 4.

⁸ Em seus argumentos, José Murilo de Carvalho atribuiu responsabilidades ao presidente João Goulart, no sentido de ter sido possível resistir ao golpe. Em sua concepção, o “presidente parecia fazer tudo o que

da existência de uma força-tarefa militar norte-americana (chamada “Operação Brother Sam”)⁹ em apoio às forças golpistas, Goulart optou evitar uma possível guerra civil. Assim, partiu para o Rio Grande do Sul e posteriormente para o exílio no Uruguai. Sem encontrar resistência, no dia 01 de abril os militares assumiram o poder com o apoio do governo norte-americano, que no dia 02 de abril reconheceu oficialmente o novo governo. Tinha início o regime militar, cujo maior milagre, na concepção de Celso Furtado, foi conduzir “o país à presente situação de insegurança e desamparo” (FURTADO, 1982: 03).

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. 1 ed. Bauru: Edusc, 2005.

ARENDRT, Hannah. *Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil, 1961-1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BOBBIO, Norberto, et al., *Diccionario de Política*. 7 ed. Brasília: UnB, 1995.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O Estado Novo: Novas Histórias*. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política – Nacional. O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

HABERMAS, Jurgen. *Legitimation Crisis*. Boston: Beacon Press, 1973.

seus adversários pediam a Deus que fizesse para facilitar o golpe”. Ver: CARVALHO, *Forças Armadas e Política no Brasil*, p. 123.

⁹ Sobre operação Brother Sam ver: BANDEIRA, *O Governo João Goulart*, pp 174-186.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”. O Anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

VIEIRA, Fábio Antunes. *De Policiais a Combatentes. A PM de Minas e a Identificação com a DSN em Meados do Século XX*. 1ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2009.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.